

Resumo de notícias econômicas

08 de julho de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 127

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 08 DE JULHO DE 2021

Economia quer cortar subsídios para reduzir o IRPJ

O Estado de S. Paulo

A equipe do ministro Paulo Guedes planeja cortar subsídios tributários de alguns setores em troca da redução do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ). O fim de R\$ 20 bilhões em subsídios resultaria em corte de 7,5% na alíquota do IRPJ. A equipe econômica pretende abrir uma guerra entre as milhares de empresas brasileiras e uma fração de companhias gigantes dos setores de bebidas e de produtos petroquímicos. O objetivo é conseguir atrelar uma redução maior do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) para todas as firmas do País a um corte expressivo de subsídios tributários que são usados apenas por alguns grandes conglomerados.

Diante da gritaria do setor produtivo contra a proposta do governo de voltar a taxar os dividendos pagos pelas empresas a seus acionistas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, determinou que sua equipe prepare uma lista de subsídios que deverão ser incluídos na proposta de reforma do Imposto de Renda enviada ao Congresso há duas semanas. Pelo texto inicial do governo, a alíquota do IRPJ cairia 5% – de 25% para 20% – em dois anos, metade em 2022 e a outra no ano seguinte.

O ministro, porém, já admite que a Economia calibrou mal o corte. Segundo fontes, Guedes já daria como certa uma redução de 5 pontos de uma vez só, já a partir de 2022. Agora, o ministro busca uma tesourada substancial nos subsídios para compensar uma queda ainda maior da alíquota. Pelos cálculos do ministério, a retirada de R\$ 20 bilhões em subsídios poderia abrir caminho para um corte de 7,5 pontos percentuais, cenário em que a alíquota do IR das empresas cairia para 17,5%.

Esse valor é definido hoje como o mais factível por técnicos do governo. Mas Guedes tem falado em tentar cortar até R\$ 40 bilhões neste ano. Neste caso, seria possível reduzir o IR de todas as empresas em até 10% – para 15%. Por trás desse movimento, Guedes quer convencer o PIB nacional de que a taxa de 20% em dividendos que hoje são isentos não significaria um aumento da carga tributária para as

empresas. Para isso, o plano é acoplar o corte de subsídios ao texto da reforma que será relatada pelo deputado Celso Sabino. Na prática, o governo também aproveitaria para já cumprir a obrigação de cortar benefícios fiscais determinada pela chamada PEC emergencial, aprovada no começo do ano.

Na mira do governo, está o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que o governo tentou extinguir neste ano, mas o Congresso renovou até 2025. Outros regimes especiais também serão atacados, mas o Sistema S não deve ser incluído dessa vez, já que a Economia conta com essa parceria para o lançamento dos Bônus de Inclusão Produtiva e de Qualificação (BIP e BIQ) – iniciativas que estão sendo gestadas para reduzir o desemprego e qualificar trabalhadores que não estudam nem estão em atividade.

Sabendo da dificuldade histórica para se derrubar subsídios no Congresso – e o Reiq é o exemplo mais recente –, a equipe econômica vai apostar na guerra de narrativa: com menos imposto para todos, de um lado, e benefícios enormes para poucas empresas, de outro. Guedes não abre mão da taxaço de dividendos em 20% nem do fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), outra forma utilizada pelas empresas para remunerar seus acionistas com abatimento no imposto a pagar. Para ele, a taxaço dos lucros e dividendos e o fim do JCP corrigiriam distorçoões históricas da tributaço sobre a renda no País.

O presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Ciro Marin, criticou o movimento do governo. A ideia do governo era usar o fim do Reiq como compensaço para dar subsídio ao diesel e ao gás de cozinha, mas os parlamentares vetaram. “A indústria de ciclo longo precisa de uma estratégia de longo prazo e não pode ficar sujeita aos humores do governo de plantão.” A Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes (Abir) também foi procurada, mas não se manifestou.

Secretário da Receita fala em ‘distorçoões’ do Simples e do MEI

Broadcast

Depois da reforma do Imposto de Renda, o secretário da Receita Federal, José Tostes, avisou que haverá a necessidade de uma revisáo das regras do Simples e do

Microempreendedor Individual (MEI). Segundo ele, como o projeto de reforma entregue no mês passado ao Congresso propõe reduzir significativamente o IR cobrado sobre as empresas, o passo seguinte será fazer a revisão das “distorções” do Simples e do MEI, dois regimes de tributação simplificada que existem hoje no Brasil.

Tostes revelou que foi uma opção do governo fazer o que chamou de “harmonização” dos regimes de pagamento de tributos pelas empresas somente após essa fase inicial de revisão do IR. Segundo ele, o Simples e o MEI foram criados para dar um tratamento privilegiado às micro e pequenas empresas, mas houve uma ampliação “indevida” ao longo do tempo com o argumento de que o regime normal de pagamento das empresas era oneroso e complexo.

O MEI foi criado para incentivar a formalização de pequenos negócios e de autônomos. Para aderir ao programa, é preciso possuir um negócio que fature até R\$ 81 mil por ano e que tenha um funcionário, no máximo. O Simples permite a adesão para empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

O lucro presumido, geralmente utilizado por empresas de médio porte, é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do IR e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. Este último é apurado pelo lucro efetivo da empresa, ou seja, do resultado de receitas, ganhos e rendimentos auferidos, deduzidos dos custos.

O economista-chefe da Verde Asset Management, Daniel Leichsenring, criticou as mudanças e previu aumento de R\$ 40 bilhões da carga tributária das empresas. Foi Leichsenring que provocou Tostes ao chamar a atenção para o fato de que o Brasil tem hoje vários regimes de apuração do imposto a pagar, como o Simples e o lucro presumido, que na prática representam desoneração. Para ele, essa situação faz com que empresas maiores, obrigadas a declarar pelo regime de lucro real, paguem mais imposto do que as demais.

“O regime não é neutro, deveríamos corrigir esses enormes benefícios simplesmente pelo tamanho do faturamento, que não têm nenhum motivo de existir”, disse o economista do fundo Verde ao secretário da Receita, que acabou revelando a intenção do governo de fazer a mudança no Simples num passo seguinte à reforma do IR. O texto entregue pelo governo prevê a redução gradual da alíquota cobrada no IR

das empresas, mas a equipe econômica quer ampliar o corte para até 10 pontos percentuais e atrelar esse movimento a uma tesourada nos benefícios dados a grupos específicos, como os setores de refrigerantes e o petroquímico.

O professor de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo Heleno Torres foi muito crítico ao texto do governo e alertou que a proposta chega num momento inoportuno em que as empresas tentam sair da crise provocada pela pandemia. “Houve uma mão pesada nos dividendos.”

Ambipar faz 16ª aquisição após IPO e avança nos EUA

Broadcast

Nas últimas semanas, a empresa de gestão de resíduos e respostas a emergências Ambipar frequentou os noticiários de fusões e aquisições dia sim, dia não. Comprou sete empresas em junho e duas em julho – sendo que o mês não completou nem uma semana. Desta vez, a adquirida foi a Swat Consulting, que marca a chegada da Ambipar a dez Estados norte-americanos. A empresa abriu capital há exatamente um ano com esse objetivo: se tornar uma das maiores do mundo na área. Colocou R\$ 1,08 bilhão no caixa e foi às compras. Foram seis aquisições no Brasil, sete nos EUA e Canadá e três na América Latina. Havia feito uma, antes de ir à Bolsa. Segundo fontes do mercado, a Ambipar teria gasto R\$ 1,4 bilhão nas compras – nas quais continua avançando, agora por meio de dívida.

Apesar de ser um mercado maduro em quase todas as áreas, os EUA estão atrás do Brasil quando o assunto é resposta a emergências. É essa área que o time de M&A da Ambipar tem priorizado. A Swat, por exemplo, tem base em Michigan e Dakota do Norte e atua em treinamento e resposta a emergências em modais marítimo, rodoviário, industrial e remediação de solo. Muito pulverizado, o mercado norte-americano movimenta US\$ 14 bilhões nessa área por ano, sendo que a maior empresa do setor tem 2% do mercado. Pelo andar da carruagem, analistas estimam que mais da metade da receita da Ambipar já venha do exterior.

Ao adquirir as empresas, a brasileira leva tecnologia e padronização à gestão e usa times locais na área comercial, sendo que todas têm as marcas mudadas para Ambipar. Segundo comunicado da empresa, com a expansão nos EUA ela ganha

capilaridade, reduz o tempo de resposta, melhora sinergias operacionais e oportunidades de vendas.

Expansão das operadoras regionais de Internet

Broadcast

Em um momento de crescimento rápido das operadoras de internet regionais pelo País, a Unifique acaba de lançar seu IPO com 70% do livro de ofertas coberto. A empresa tem crescido em ritmo acelerado, com alta anual do faturamento na casa dos 60%. Com operações em 143 cidades e 350 mil clientes, a Unifique é hoje a maior operadora independente de fibra ótica na região Sul do Brasil. Antes de lançar a operação, a empresa reduziu o preço das ações e definiu uma oferta 100% primária de R\$ 800 milhões. A avaliação da companhia ficou em R\$ 2,2 bilhões no chamado “pre-money”, ou seja, antes da entrada dos recursos da oferta. A Unifique quer investir o dinheiro que levantar em crescimento orgânico e em aquisições estratégicas.

O Fourth Sail Capital, um fundo de alta qualidade que investe recursos de fundações americanas, está ancorando a operação com a maior ordem até aqui. A definição do preço das ações da Unifique está marcada para 23 de julho, e a estreia na B3 deve ocorrer dia 27. O controlador da empresa, Fabiano Busnardo, colocou na oferta uma ordem de R\$ 100 milhões no preço definido pela ancoragem. Busnardo, que fundou a Unifique há 20 anos, já foi um faccionista de roupas da marca Hering.

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e a crise energética

Broadcast

Produtora de toda a energia que consome, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) pode ser obrigada a pisar no freio nos próximos meses para evitar um “apagão”. Nos documentos de seu IPO, a “joia da coroa” dos Ermírio de Moraes alerta que diante da crise hídrica, suas usinas hidrelétricas podem não gerar energia suficiente para suprir a demanda de suas minas e fábricas nos próximos meses.

A CBA tem capacidade de gerar 1,4 gigawatts de eletricidade/ ano, quase o mesmo que a Cesp. Essa capacidade está concentrada na energia hídrica, no Sul, Sudeste

e Centro- Oeste. Com as chuvas abaixo do esperado, reduzir o ritmo nas fábricas seria a saída para evitar explosão dos custos. Nesse caso, a empresa teria de importar alumínio para vender. Produtora de “alumínio verde”, feito com energia renovável, a CBA busca diversificar sua matriz energética. Pretende usar parte dos recursos do IPO no desenvolvimento de usinas eólicas, e já tem um projeto com a Votorantim Energia e a CPP Investments.

Com estreia na B3 prevista para dia 15, a CBA pode movimentar até R\$ 3 bilhões. Metade da oferta é primária, aquela em que o dinheiro vai para o caixa da empresa. Os recursos também devem ser aplicados em pequenas aquisições.

O desempenho da economia de São Paulo

Broadcast

Com os resultados aferidos até abril e os estimados até maio, a Fundação Seade projeta expansão de 7,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo neste ano. Se confirmado, o desempenho da economia paulista será bem melhor do que o esperado para toda a economia brasileira, que deve crescer cerca de 5%. Entre março e abril, o PIB paulista cresceu 0,5%, com o que o resultado dos quatro primeiros meses do ano é 9,2% maior do que o de igual período de 2020. Já o PIB acumulado de 12 meses até abril cresceu 3,9%, mantendo os ganhos de velocidade que se observam desde novembro do ano passado.

O resultado de maio, apurado com base em estatísticas preliminares, mostra queda de 0,1% em relação a abril, mas o acumulado de 12 meses voltou a crescer, alcançando 6,0%.

Nas projeções para todo o ano, a Fundação Seade observa que o comportamento da indústria tem sido comparável ao do setor de serviços, com expansão anualizada (até abril) de mais de 4%. Entre os fatores que impulsionam a produção industrial é citada a recomposição de estoques. Na avaliação dos economistas da Fundação Seade, os aspectos favoráveis ao crescimento continuam a se impor às tensões e incertezas, o que justifica projeções mais otimistas para a economia do Estado de São Paulo neste ano.

Entre os fatores positivos é citada a rápida recuperação da economia mundial, o que estimula as exportações. Até abril, as vendas externas do Estado haviam crescido

19,3% em relação às de igual período de 2020. O crescimento da indústria, que ganha corpo com a recuperação de segmentos importantes, é outro fator positivo. Igualmente os juros, que são baixos em termos reais, ajudam os investimentos e o consumo.

Mas há fatores que preocupam ou podem vir a preocupar, se persistirem nos próximos meses. Um deles é a inflação. Além da corrosão do poder de compra no momento, “uma preocupação reside na inércia que começa a ser gerada para o futuro, tornando o processo menos transitório do que inicialmente esperado”, adverte o estudo. A evolução do mercado de trabalho é outro motivo de cautela. O número de pessoas ocupadas no Estado diminuiu em 1,8 milhão entre o primeiro trimestre do ano passado e o deste.

A confiança do empresariado se fortalece

O Estado de S. Paulo

Ainda que lenta, a retomada do crescimento vem consolidando a confiança do empresariado brasileiro. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) calculado pelo IBRE/FGV subiu 4,3 pontos em junho, alcançando 98,8 pontos, o nível mais alto desde dezembro de 2013. É a terceira alta mensal consecutiva, o que fez a média do segundo trimestre do ano superar a do trimestre anterior em 7,2 pontos.

O ICE combina os índices aferidos pelo IBRE/FGV para a indústria, os serviços, o comércio e a construção. O da indústria vem se destacando entre eles, pois “registra desde outubro de 2020 os maiores níveis médios de confiança desde 2011”, diz o estudo

Também a recuperação de confiança do setor de serviços é expressiva. Foi, entre todos, o segmento mais afetado pela pandemia e é o que tem mostrado mais dificuldades para recuperar-se. Mas, “após a terceira alta expressiva seguida, a confiança do setor alcança o maior nível desde o início da pandemia”.

Trata-se, porém, de uma recuperação muito desigual. A heterogeneidade dos serviços, em razão da maneira diversa como eles são prestados, produz resultados díspares. Como observa o estudo, os serviços prestados às famílias – todos de natureza presencial e, por isso, mais afetados pelas medidas restritivas exigidas pelo combate à pandemia – avançam mais lentamente, “sob a influência ainda preponderante das expectativas”.

É um setor, por isso, muito dependente de um ambiente seguro. Assim, “a aceleração do programa de vacinação é essencial para a normalização do nível de atividade deste segmento ao longo do segundo semestre”, diz o superintendente de Estatísticas do IBRE/FGV, Aloisio Campelo Jr. Há, em média, uma avaliação bastante favorável de todos os setores, incluindo o de serviços, para o momento atual e para os próximos meses. Daí a evolução favorável do ICE nos últimos meses. É interessante que outro indicador do IBRE/FGV, o de Incerteza da Economia (IIE), tenha subido 2,4 pontos em junho, alcançando 122,3 pontos, 7,2 pontos acima do resultado de fevereiro de 2020. Além de incertezas com relação à evolução da pandemia, ruídos afetam o ânimo dos empreendedores. O risco de uma crise energética e o desenrolar da CPI da Covid são fontes desses ruídos.

Cobranças do mercado impõem agenda ESG

O Estado de S. Paulo

A adoção de práticas de ESG pelo setor corporativo tem sido puxada, essencialmente, pela crescente cobrança que investidores e a mobilização social passaram a exercer sobre as empresas. O tema foi debatido por participantes de um painel realizado ontem no webinar Caminhos para o Brasil 2021, organizado pelo Instituto Não Aceito Corrupção e transmitido pela TV Estadão. Os eventos tiveram início no dia 5 e ocorrerão até o dia 21 de julho, com o objetivo de debater as mudanças trazidas pelo conceito de ESG e como seu alcance pode auxiliar no combate à corrupção.

Especialistas no assunto avaliam que, a despeito do desmonte das travas anticorrupção na gestão pública promovido pelo governo Jair Bolsonaro e pelo Congresso Nacional, além do crescente afrouxamento das regras de fiscalização na área do meio ambiente, o próprio mercado e a sociedade têm imposto ao setor corporativo a necessidade de mudar de postura.

“O conceito de ESG trata de promover o papel do setor empresarial ou público dentro de um mundo mais sustentável, trata da missão social das empresas”, avalia Isabel Franco, advogada da área de compliance e especialista em legislação anticorrupção.

Marcelo Zenkner, ex-diretor de governança e conformidade da Petrobrás e sócio do Tozzini Freire Advogados, lembra que as mudanças impostas pelo ESG não são novas, mas que passaram a ser cobradas estruturalmente do setor corporativo. “Desde 1976, a Lei das Sociedades Anônimas destaca a função social das empresas”, disse.

O diretor executivo da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, chama a atenção para retrocessos promovidos nos últimos anos sobre mecanismos de fiscalização, controle e transparência, principalmente quando se trata de gestão pública.

Vendas no varejo avançam 1,4% em maio

Broadcast

O comércio varejista mostrou fôlego em maio, com avanço de 1,4% nas vendas, após já ter crescido consideravelmente no mês anterior, mostrou a Pesquisa Mensal de Comércio divulgada ontem pelo IBGE. O resultado veio abaixo da estimativa mediana de analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam uma alta de 2,50%. No entanto, uma revisão nas informações de abril mostrou que o volume vendido vinha de uma expansão de 4,9% em relação a março, em vez do 1,8% divulgado anteriormente. Ou seja, houve melhora em maio em comparação a um abril melhor do que o estimado, dando prosseguimento ao processo de recuperação do tombo de março (-3,0%).

“A retomada do maior volume de vendas deve continuar nos próximos meses. A dissipação das incertezas esperada no decorrer do segundo semestre, à medida que avance a campanha de vacinação, deve favorecer a maior mobilidade das pessoas e, conseqüentemente, o comércio. Além disso, a continuidade de crescimento do mercado de trabalho, a ampliação das concessões de crédito e a redução das pressões inflacionárias mais no fim do ano devem abrir espaço ao consumo das famílias”, escreveu Isabela Tavares, analista da Tendências Consultoria Integrada, que prevê avanço de 2,2% no varejo em 2021.

A reabertura de atividades econômicas que foram fechadas pela segunda onda da pandemia, as compras para o Dia das Mães, o crescimento do comércio eletrônico e a adoção de uma estratégia de promoções em alguns setores varejistas impulsionaram o desempenho do varejo em maio e abril, enumerou Cristiano Santos, analista do IBGE. Para o pesquisador, o varejo mostra uma retomada após a segunda onda de covid-19,

que mostrou medidas de restrições mais brandas do que no início da pandemia. “Tem retomada das atividades em lojas físicas, e aí isso se reflete nas empresas. O impacto da segunda onda foi distinto nas diferentes regiões do País. O fechamento também foi mais brando, fecharam menos tempo talvez, teve muito fechamento parcial”, justificou Santos.

Produção de azeite cresce no País com apelo ‘premium’

O Estado de S. Paulo

Seis anos atrás, uma degustação do Paladar – suplemento de gastronomia do Estadão – com azeites de oliva nacionais reuniu, pela primeira vez, nove marcas de pequenos produtores, com produção ainda incipiente, mas já comercialmente viáveis. Ali estavam pioneiros desse nicho no País, como Oliq, Borriello e Prosperato. Hoje, são mais de uma centena de marcas, com o apelo premium: volumes pequenos, alta qualidade e garrafinhas que custam quatro vezes o valor do azeite industrializado importado.

Esse cenário tem atraído novos empreendedores, fazendo crescer ano a ano o número de oliveiras plantadas no País, com foco no Rio Grande do Sul e na Serra da Mantiqueira. Se em 2017 o País tinha 4 mil hectares plantados, hoje já são 7 mil.

“A cada ano tem crescimento de 20% de área plantada. Ainda é pouco: na Argentina, um produtor apenas tem um olival de 10 mil hectares. Mas não há nenhum impedimento de nos tornarmos um grande produtor. Estudo da Embrapa projeta que só o Rio Grande do Sul pode chegar a 1 milhão de hectares plantados”, diz Renato Fernandes, presidente do Instituto Brasileiro de Olivicultura (Ibraoliva).

Quem está apostando alto no setor é a marca Lagar H, lançada por meio de e-commerce próprio e que possui 98 hectares plantados em Cachoeira do Sul (RS). Para comercializar seu produto, o negócio começou sete anos atrás – tempo médio de uma oliveira alcançar maturidade de produção. “Começamos o plantio em 2014 na fazenda. A princípio, a terra era de pastagem, mas ouvimos falar de azeite e decidimos investir”, conta a azeitológa e produtora Glenda Haas, da Lagar H. “A oliveira pede um investimento maior por um prazo ainda maior. É um legado para as futuras gerações.”

O negócio recebeu nesses últimos anos um investimento total de R\$ 10 milhões, inclusive na construção do lagar (local onde é feita a extração do azeite), que ficará pronto em 2022. Hoje, a marca tem 56 hectares em produção e colheu 120 toneladas de azeitona nesta safra. A projeção do negócio é chegar a 300 toneladas, número alto perto de outros muitos negócios do setor no País.

“Neste ano, de quase 10 mil litros, destinamos 4 mil litros ao azeite Lagar H, que é premium. A nossa ideia não é misturar tudo, é realmente valorizá-lo. Existe uma desvalorização geral de um produto que é superdifícil de fazer”, diz Glenda, advogada que passou por cursos nos Estados Unidos e na Europa para se especializar em produção e avaliação de azeite.

Vários produtores do País ganham ano a ano premiações internacionais. É o caso de marcas como as já citadas (Lagar H, Oliq, Borriello e Prosperato), além de Casa Mantiva, Sabiá, Verde Louro, Casa Albornoz, Batalha e outros. A Casa Mantiva, lançada pelo produtor Carlos Diniz e sua mulher em 2015, produziu 2,4 mil litros de azeite neste ano, em Consolação (MG), na região da Mantiqueira. Pretende estabilizar sua produção nos próximos anos em 4 mil litros.

Segundo dados da Associação dos Olivicultores dos Contrafortes da Mantiqueira (Assoolive), a produção na região sofre quebras a cada dois anos: em 2019, foram 40 mil litros, que caíram para 27,5 mil em 2020 e depois cresceram para 50 mil litros neste ano.

No Sul é a mesma coisa, segundo o Ibraoliva: em 2021 foram 202 mil litros; em 2020, 45 mil litros; e em 2019, 180 mil litros. “Há uma teoria que fala em bienalidade na produção das oliveiras. E isso é o que observamos tanto no Sul quanto na Mantiqueira”, diz Renato Fernandes, do Ibraoliva, que também mantém a sua própria marca de azeite, a Vila do Segredo.

Atualmente, o Brasil importa por ano 104 milhões de litros de azeite, volume que cresceu 18% no último ano, segundo o degustador profissional e especialista em negócios da olivicultura Paulo Freitas. “Produzir 240 mil litros por ano no País não é nada (perto do volume importado). Mas o que se observa é que o aumento da importação demonstra claramente o aumento do consumo. O brasileiro está consumindo mais azeite, isso é fato.”

Para Freitas, há possibilidade de o Brasil se tornar um player internacional no setor, visto que um país como o Uruguai produz cinco vezes o que o Brasil produz: 1 milhão de litros por ano. “Na hora em que alcançarmos 1 milhão de litros, aí vira outro negócio. Ainda assim será 1% do consumo do Brasil. É um consumo premium, que gira em torno de 1%, 2% do volume do produto convencional. Há mercado para isso, assim como se desenvolveu o mercado de queijos, cervejas e outros alimentos”, completa. “A cada ano tem crescimento de 20% de área plantada. Ainda é pouco: na Argentina, um produtor apenas tem um olival de 10 mil hectares.”

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
Quantidade	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP